

# A NEGAÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS ÀS POPULAÇÕES NEGRAS RURAIS NO LIVRO TORTO ARADO

## RESUMO

As construções históricas e literárias sobre as comunidades negras rurais do Brasil compõem o pano de fundo temático deste trabalho. Volta-se para a negação dos direitos humanos na experiência negra rural ao longo da sua história e pergunta-se pelos possíveis efeitos da circulação das imagens ofertadas pela narrativa literária analisada. Aqui, interessa discutir os efeitos sociais e de memória das novas imagens produzidas sobre os sujeitos pretos da roça a partir do romance Torto arado. Para tanto, alguns trechos do romance são interpretados à luz de referências teórico-metodológicas, como Walter Benjamin, Homi Bhabha e Bell Hooks. As discussões desenvolvidas procuram colaborar com a observação de possíveis transformações e transições no cenário racial brasileiro, resultado das disputas históricas construídas nos últimos anos. Foi possível considerar uma alteração/disputa nas representações históricas praticadas até então sobre as comunidades negras rurais. Transformação associada ao universo de modificações sociais provocadas por políticas afirmativas. Concluindo com a identificação de um movimento de questionamento e ressignificação das percepções sociais sobre as pessoas negras da roça.

**Palavras-chave:** Torto arado. Racialização. Literatura.

## THE HISTORICAL DENIAL OF HUMAN RIGHTS TO RURAL BLACK POPULATIONS IN THE BOOK TORTO ARADO

### ABSTRACT

The historical and literary constructions of rural black communities in Brazil form the thematic backdrop of this work. It focuses on the denial of human rights in the rural black experience throughout its history and asks about the possible effects of the circulation of images offered by the literary narrative analyzed. Here, we are interested in discussing the social and memory effects of the new images produced about the black population of the countryside based on the novel Torto arado. To this purpose, some passages from the novel are interpreted in the light of theoretical and methodological references such as Walter Benjamin, Homi Bhabha and Bell Hooks. The discussions developed seek to collaborate with the observation of possible transformations and transitions in the Brazilian racial scenario, the result of historical disputes built up in recent years. It was possible to consider a change/dispute in the historical representations practiced until then about rural black communities. A transformation associated with the universe of social changes brought about by affirmative action policies. Concluding with the identification of a movement to question and re-signify social perceptions of black rural people.

**Keywords:** Torto arado. Racialization. Literature.

**Me. Diego Lino Silva e Silva**



Universidade do Estado da Bahia,  
UNEB, Brasil  
[historialino@gmail.com](mailto:historialino@gmail.com)

**Me. Samuel Bernardo da Trindade**



Universidade da Integração  
Internacional da Lusofonia Afro-  
Brasileira, UNILAB, Brasil  
[sbtrindade@yahoo.com.br](mailto:sbtrindade@yahoo.com.br)

**Dr. Paulo Cesar Alves Garcia**



Fundação Getúlio Vargas, FGV,  
Brasil  
[pcgarc@hotmail.com](mailto:pcgarc@hotmail.com)

**Dr. Antônio Roberto Xavier**



Universidade da Integração  
Internacional da Lusofonia Afro-  
Brasileira, UNILAB, Brasil  
[roberto@unilab.edu.br](mailto:roberto@unilab.edu.br)



## 1 INTRODUÇÃO

No livro *O terreiro e a cidade*, Sodré (2002) discute como a construção ocidental sobre a noção de humanidade, instituída no Renascimento, impôs critérios de definição de quem poderia ser considerado humano. Essas definições europeias sobre o humano estabeleciam hierarquias e obstáculos à experimentação da humanidade entre aqueles que dissonavam das caracterizações e atribuições culturais que poderiam ser enquadradas como humanas. O entendimento que essa construção ocidental sobre a humanidade guarda determinado teor racial foi explorado também por Carneiro (2005). A autora discute como essa divisão racializada da humanidade estabelece paradigmas de experimentação da existência que costumam ser negados a pessoas negras.

A partir do entendimento dessa bibliografia, partimos do pressuposto de que a noção de direitos humanos praticada historicamente, mesmo mais recentemente, ainda guarda referências do princípio humanista europeu e conversamos com esses autores a partir do livro *Torto arado* (Vieira Junior, 2019). O livro conta a trajetória de duas mulheres negras no cenário rural do interior do Brasil. Essas mulheres, ao longo da sua vida, acumularam relatos de limitadas condições materiais de existência, além de violências físicas e simbólicas mobilizadas por uma série de hierarquias sociais.

A ideia é debater como as características espaciais (rurais), raciais e de gênero implicaram a negação de uma série de elementos da existência humana digna, supostamente garantida pelos direitos humanos, a essas mulheres negras. A partir disso, o trabalho objetiva inventariar as representações sobre os grupos negros rurais presentes no romance e seus embasamentos sociais e, a partir disso, apontar algumas problematizações sobre como a experiência negra rural está marcada pela negação dos direitos humanos ao longo da sua história e quais os efeitos possíveis da circulação das imagens ofertadas pela narrativa literária.

A partir disso, a pesquisa pretende colaborar nos debates sobre a construção da identidade negra rural e as implicações sociais de viver essa condição identitária, refletindo sobre a negação de direitos humanos, preconceito/discriminação, estereótipo e subjetividade. Para iniciar o debate, começemos conhecendo o livro.

As construções em torno da história da população negra estão constantemente em disputa. O livro *Torto arado* (romance) foi publicado em um contexto de expansão das discussões sobre a racialização da sociedade brasileira e foi muito premiado por sua narrativa. A partir disso, a intensa circulação do livro e sua boa recepção por parte dos críticos fazem com que as ideias expressadas pelo romance tenham um poder de divulgação de determinadas concepções sobre raça no Brasil e, principalmente, sobre a história da população negra no Brasil.

O livro traça a trajetória das irmãs Bibiana e Belonísia e sua família. O cenário da obra é uma comunidade fictícia chamada Fazenda Água Negra, mas que retoma, sem dificuldades, quaisquer comunidades negras rurais do sertão baiano, especialmente nas relações sociais que ali se estabelecem, ou seja, o trabalho de arrendamento, as dificuldades materiais, o latifúndio, a violência, mas também a religiosidade, as crenças e a ancestralidade.

Bibiana e Belonísia cresceram na comunidade da Fazenda Água Negra sujeitas às adversidades que essa vida pode apresentar, com casamentos não tão felizes, coerção por parte de grandes fazendeiros, carência material/alimentar, supressão da memória e da cultura. Há também, por outro lado, as felicidades da ancestralidade, dos momentos de lazer, do viver em comunidade/cooperação. As histórias de amor, luta e sobrevivência das duas irmãs e dos companheiros que compartilham esse trajeto com elas, nas suas complexidades e especificidades, constituem aquilo que o romance oferta.

O cenário que o romance aborda possibilita que, a partir de narrativas femininas, possamos visualizar as desigualdades sociais, raciais e de gênero. Além disso, permite também

refletir sobre a importância da memória coletiva e das resistências e a relação particular com a terra que comunidades negras rurais guardam.

Apesar de fictício, o romance compartilha uma série de associações históricas que podem ser relacionadas com a realidade das comunidades negras rurais. Mais que do isso, o livro propicia que algumas imagens e narrativas históricas possam ser associadas com as hierarquias sociais e raciais contemporâneas. Por isso, o presente artigo procura evidenciar a concepção histórica que o livro oferta sobre a trajetória das populações negras rurais, construindo uma reflexão sobre a negação histórica dos direitos humanos a esses sujeitos, portanto, a negação de humanidade – nos termos humanistas europeus – a homens e mulheres negros e da roça.

*Torto arado* foi publicado em 2019 e, em 2020, ganhou os prêmios Oceanos e Jabuti de Romance Literário. Em 2021, ganhou o prêmio Faz a Diferença. Desde então, o livro tem sido amplamente divulgado em diversos círculos e entrou na fila de leitura de muitos brasileiros e brasileiras. A divulgação e a ampla circulação do romance ratificam a ideia de que se trata de uma narrativa com ampla circulação no país<sup>1</sup>.

Também deve-se considerar que se trata de um romance que constrói articulação com questões muito profundas da história do negro no Brasil: o abandono após o fim da escravidão, as relações paternalistas e patriarcais, a migração, a falta da posse da terra, entre outras. Aborda também outros tantos marcos: as construções coletivas/comunitárias, as relações de afeto, a religiosidade, a ancestralidade.

A partir disso interessa ao tópico discutir: o que faz de *Torto arado* um livro tão especial e inovador no período? Como em um contexto histórico de reação conservadora e demonstrações frequentes de racismo um livro que atribui protagonismo às populações negro-brasileiras encontra tanto espaço no duro mercado editorial brasileiro? A resposta para essa pergunta, apesar de complexa e multidimensional, pode encontrar alguns frutos quando analisamos alguns elementos sobre o autor e o período histórico em que o livro foi escrito.

A partir disso, cabe discutir o texto a partir das suas contribuições na construção de uma memória sobre as populações negro-brasileiras. Como essa memória questiona as imagens compartilhadas até então? Quais as referências históricas que podem ser notadas a partir da leitura do romance? Quais as imagens que podem ser compartilhadas a partir do texto?

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A primeira referência teórica é Gusmão (1996), que oferece uma definição preciosa do que são as organizações comunitárias negras rurais. Para a autora, a comunidade negra rural corresponde a agrupamentos que se materializaram em pequenos grupos dispersos sobre espaços, geralmente com ligações familiares. Gusmão (1996) diz que se orientam numa realidade social roceira, demarcada por caracteres relacionados ao parentesco, à produção agrícola e à pequena propriedade.

Trata-se de grupos que carregam uma herança cultural forjada historicamente por gerações, com uma memória ligada à escravidão, e que resistem, pois têm modos de fazer dissonantes aos efeitos desagregadores da sociedade capitalista. A definição de comunidade negra rural ofertada pela autora encontra reflexo na narrativa do livro de Vieira Junior (2019), o que permite um embasamento social/real da narrativa ficcional analisada.

Uma segunda referência importante para a discussão que o trabalho encaminha é Carneiro (2005). Isso porque os debates sobre direitos humanos – ou a negação deles – estão diretamente ligados ao conceito de humanidade negada à população negra que a autora aborda. Carneiro (2005, p. 52) retoma as ideias *foucaultianas* de investimentos sobre os corpos e fala sobre procedimentos de significação que promoveram o corpo burguês (portanto, branco,

<sup>1</sup> Recentemente, foi divulgada a notícia de que a obra será adaptada como série em um serviço de *streaming*, em mais uma evidência do sucesso do romance.

urbano, cristão etc.) enquanto “[...] paradigma de humanidade e ideal de Ser para as demais classes”. O paradigma de humanidade, ainda que guarde algumas poucas variações, implicou a negação da condição humana a outros sujeitos.

A perspectiva de negação de humanidade encontra eco em outros autores que discutem racialização ou se voltam à história da população negra no Brasil. A noção de desumanidade aqui assumida parte das colaborações de Sodré (2002) para a compreensão do humanismo europeu como elemento-chave para a determinação das dinâmicas culturais autorizadas e legitimadoras dos procedimentos de exclusão das populações negras na sociedade ocidental.

A partir disso, a desumanização emerge como caminho explicativo dos procedimentos de naturalização das inferiorizações sobre as dinâmicas culturais negro-brasileiras. Em outros tempos, a negação da humanidade para as populações negras foi uma premissa defendida também nas interpretações de Abdias Nascimento e Florestan Fernandes, entendendo que negros eram lidos como “[...] indivíduos afetados [que] não estão incluídos como grupo racial na ordem social existente como se não fossem seres humanos nem cidadãos normais” (Nascimento, 2016, p. 167).

O conceito de humanidade, como característica restrita aos brancos, é tomado como discurso que alimenta “verdades” sobre a inferioridade das populações negras e colonizadas. A premissa da racionalidade humana, como qualidade limitada a alguns grupos, incentiva a estruturação das percepções sociais sobre os indivíduos, sustentando hierarquias e procedimentos de dominação. Por isso, entende-se aqui que a humanidade e, ao mesmo tempo, a falta dela ratificam e premiam a estruturação colonialista da realidade sócio-histórica racializada e seus efeitos sobre a experiência das populações negras.

Ainda comentando questões metodológicas, duas referências destacam-se na sua importância. A primeira é Benjamin (1989), para compreender a posição do autor como observador da cena social, produzindo imagens sobre a realidade observada nos contrastes com o que vive. Portanto, o autor Vieira Junior, sua formação e suas aproximações com o cenário rural e no contexto e período histórico em que está situado compõem uma parte essencial das análises. Também o exercício de uma leitura a contrapelo da narrativa é um aprendizado deixado pelos textos de Benjamin. Trata-se de uma leitura do romance em que a narrativa é lida a partir de questionamentos às imagens que o livro apresenta.

Autores da crítica literária também colaboram no exercício de perceber na literatura a construção de estereótipos, ou seja, de imagens congeladas sobre determinados sujeitos e contextos sociais e históricos. Diante disso, autores como Bhabha (2013) podem ser particularmente importantes para algumas das interpretações aqui apresentadas, especialmente através do conceito de estereótipo. Noção que será apresentada mais à frente.

Na perspectiva metodológica, esta pesquisa emprega o método procedimental bibliográfico de natureza básica, haja vista aperfeiçoar conhecimentos úteis e novos para a ciência e para a sociedade, mas não se trata de um produto novo ou paradigmático que sirva de parâmetro a ser seguido, como é próprio das pesquisas aplicadas (Gil, 2008).

Ainda na seara metodológica, esta pesquisa é de cunho teórico, pois se debruça ao debate visando a aprimorar teorias, conceitos e ideias a partir do bojo literário de fontes secundárias que tratam da temática especificamente. Desse modo, as técnicas utilizadas para a coleta de informações foram a revisão e a interpretação de literatura pertinente (Xavier et al., 2021).

Em relação ao objetivo, trata-se de uma pesquisa exploratória, em razão do objeto investigado compreender um fenômeno contextual contemporâneo relativamente novo que se reveste de novas formas, estratégias e conteúdos constantemente. Nesses casos, em razão do tempo em que o fenômeno se apresenta, as pesquisas são sempre exploratórias quanto aos objetivos a serem alcançados (Gil, 2008).

No tocante à abordagem, esta pesquisa classifica-se como qualitativa, pois busca compreender e, ao mesmo tempo, explicitar uma questão social historicamente construída e



naturalizada neste país, que é a negação dos direitos humanos na experiência negra rural ao longo da sua história (Minayo, 2012).

Para a coleta de informações, consoante Gil (2008), empregamos como técnica principal a revisão de literatura, visando a desnudar os possíveis efeitos da circulação das imagens ofertadas pela narrativa literária investigada. Interessa-nos o debate sobre os efeitos sociais e de memória das novas imagens produzidas sobre os sujeitos pretos da roça a partir do romance *Torto arado*. Para tanto, alguns trechos do romance são interpretados à luz de referências teórico-metodológicas, como Benjamin (1989), Bhabha (2013) e Hooks (2019). As discussões desenvolvidas procuram colaborar com a observação de possíveis transformações e transições no cenário racial brasileiro, resultado das disputas históricas construídas nos últimos anos.

Com relação às técnicas de análise desta pesquisa, empregamos a averiguação de conteúdo e a análise do discurso sócio-histórico contextual à luz da crítica dialética literária como ferramentas de averiguação do romance *Torto arado* e sua mensagem repassada sobre a realidade investigada (Chizzotti, 2011; Xavier *et al.*, 2021).

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao dar protagonismo às populações negras rurais, seus costumes, sua religiosidade e suas trajetórias, o autor promove uma movimentação política significativa. O efeito disso, especialmente considerando o quanto o livro foi premiado, é a divulgação de uma lógica cultural até então pouco conhecida para determinados segmentos sociais. Além disso, permite também que práticas religiosas e de cura sejam visualizadas sob outro olhar que não o do estigma sobre a “magia”, entre outras coisas.

Diante desse movimento, o autor retoma uma importante referência histórica que colabora na explicação tanto das privações morais quanto materiais às quais as populações negras rurais tendem a estar submetidas. A trajetória de ocupação da terra e da formação de comunidades inteiras é exemplificada na comunidade de Água Negra e outras tantas comunidades que o autor cita ao longo do romance; exemplos fictícios de formação comunitária que remetem a exemplos históricos da população negra no Brasil. Não nos esqueçamos do fato de que o autor é um pesquisador das comunidades quilombolas brasileiras.

Meu povo seguiu rumando de um canto para outro, procurando trabalho. Buscando terra e morada. Um lugar onde pudesse plantar e colher. Onde tivesse uma tapera para chamar de casa. Os donos já não podiam ter mais escravos, por causa da lei, mas precisavam deles. Então, foi assim que passaram a chamar os escravos de trabalhadores e moradores. Não poderiam arriscar, fingindo que nada mudou, porque os homens da lei poderiam criar caso. Passaram a lembrar para seus trabalhadores como eram bons, porque davam abrigo aos pretos sem casa, que andavam de terra em terra procurando onde morar. Como eram bons, porque não havia mais chicote para castigar o povo. Como eram bons, por permitirem que plantassem seu próprio arroz e feijão, o quiabo e a abóbora. (Vieira Junior, 2019, p. 204).

A descrição ofertada na citação é narrada no livro por uma encantada, uma figura sobrenatural que não tem os limites de corpos humanos, portanto, poderia visualizar todas essas mudanças por décadas a fio. A encantada apresenta associações históricas de permanência escravista para a vida das comunidades negras rurais que também podem ser visualizadas nas narrativas historiográficas sobre a escravidão e o imediato pós-abolição (Fraga Filho, 2006; Nascimento, 2012; Silva, 2021).

Com a associação das comunidades negras rurais às gerações de escravizados e libertos, as subalternidades materiais a que esses grupos se encontram submetidos até a contemporaneidade ganha explicação histórica. Mais do que isso, para além da falta da posse da terra, da violência e dos limites de produção material da existência, por conta das questões

climáticas e dos parques e limitados recursos de trabalho, há também uma imagem/estigma sobre essas populações.

A migração desponta como alternativa para esses grupos, pois, na condição de pretos e “da roça”, uma série de estereótipos incidem sobre esses corpos, negando-lhes quaisquer possibilidades profissionais e de existência que não a enxada, a roça, a fome, entre outras. Estereótipos que se estendem para além da privação material. Na definição de Bhabha (2013), o problema do estereótipo não é oferecer uma descrição falsa, mas impedir o sujeito de transitar das representações que são colocadas sobre si.

As permanências escravistas, ao reforçarem suas representações por décadas após a abolição, congelam os sujeitos das comunidades negras rurais em uma condição de eterna inferioridade. Condição que legitima a negação da posse da terra, a expropriação dos frutos do trabalho, a possibilidade de sair e criar condições justas e adequadas de existência ou mesmo de questionar aquela lógica de vida e negação de direitos.

Trata-se de conceber que o estereótipo enquadra as populações negras rurais sob uma condição distinta da proposta pelo humanismo. Atribuições de dignidade, cidadania, autonomia ou liberdade não poderiam ser atribuídas para aqueles grupos, pois a imagem/percepção social que circula sobre aqueles grupos está alimentada por uma memória que os associa continuamente à subordinação histórica a que estão submetidos há décadas.

Os debates nas Ciências Humanas sobre os protagonismos para a população negra têm tomado muito corpo nos últimos anos. Vieira Junior é de uma geração que assistiu à implementação das políticas de cotas nas universidades públicas e vivenciou a transição dos interesses de temática das Ciências Humanas para questões voltadas para o debate racial no Brasil e as desigualdades promovidas por critérios identitários.

Itamar Vieira Junior é negro, baiano, formado em Geografia e doutor em Estudos Étnicos e Africanos. No doutorado, desenvolveu pesquisas relacionadas às comunidades quilombolas, além de atuar como servidor público no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A formação intelectual e a atuação profissional de Itamar justificam o arcabouço de detalhes sobre a vida rural do Brasil que o livro consegue apresentar.

Narrativas como *Torto arado* são, portanto, resultado das transições provocadas nos últimos anos por uma maior incorporação de pessoas negras na universidade. A ampliação do número de estudantes e de servidores nas universidades públicas, como resultado das políticas afirmativas, abriu espaço para ampliar os horizontes de pesquisa, principalmente nas Ciências Humanas. Na história, por exemplo, reconhecer protagonismo às populações negras nos seus embates durante as últimas décadas da escravidão e mesmo após a abolição é um movimento que tem se tornado cada vez mais forte na historiografia.

Os enfrentamentos e as resistências também foram citados ao longo do romance, o que possibilita debater especificamente sobre as associações entre a vida dos membros de comunidades negras rurais e a negação de direitos. Uma primeira citação narra esse contexto de mobilização, na qual um dos membros mais jovens da comunidade se esforça para mobilizar seus companheiros para construir uma associação, o que permitiria um enfrentamento mais efetivo contra o fazendeiro.

[...] Severo levantou a voz contra as determinações com que não concordávamos. Virou um desafeto declarado do fazendeiro. Fez discursos sobre os direitos que tínhamos. Que nossos antepassados migraram para as terras da Água Negra porque só restou aquela peregrinação permanente a muitos negros depois da abolição. Que havíamos trabalhado para os antigos fazendeiros sem nunca termos recebido nada, sem direito a uma casa decente, que não fosse de barro, que precisasse ser refeita a cada chuva. **A cada movimento de Severo e dos irmãos contra as exigências impostas pelo proprietário, as tiranias surgiam com mais força.** (Vieira Junior, 2019, p. 204). (grifou-se)

As reações e ações violentas por parte dos proprietários de terras às “ousadias” de lavradores e rendeiros ao longo do século XX já foram visualizadas no interior rural da Bahia (Silva, 2021). O uso da força como ferramenta de coerção é uma velha conhecida de tempos escravistas, ferramenta para a manutenção das hierarquias e desigualdades sociais que corroboravam a negação de direitos às populações rurais, entre elas, a moradia.

As casas de barro, por exemplo, construções coletivas de caráter provisório, eram uma exigência dos fazendeiros do romance. Casas de tijolos eram proibidas para evitar quaisquer tentativas de fixação e posse da terra, garantindo a condição de apenas rendeiros, agregados, temporários, portanto, vulneráveis às vontades dos donos da terra.

Destaque aqui também para a noção de ancestralidade mobilizada no texto. As aproximações com o cenário escravista funcionam para além da negação aos direitos humanos, mas também para a memória de resistência compartilhada. Noção que o autor mobiliza em diferentes momentos do romance e que explica parte das relações construídas entre roceiros pretos e o dono da terra e entre si mesmos. As oposições ao dono da terra, por exemplo, não são consenso na comunidade, mesmo diante das condições em que viviam.

Além do direito à moradia, a subalternização material afeta outras dimensões. O acesso à alimentação, a um cenário sanitário adequado, à saúde e mesmo a uma educação que propiciasse a continuidade e oportunidades profissionais distintas da vida na roça é um direito repetidamente negado à comunidade de Água Negra. Ainda assim, o posicionamento de alguns dos membros daquela comunidade, no romance, é de alinhamento com os interesses do proprietário da terra. Conta o autor:

No começo, o dono quis nos dividir, dizendo que aquele ‘bando de vagabundos’ queria a fazenda dele, comprada com o seu trabalho. [...] Outros não viam com bons olhos o movimento e se opuseram abertamente a meu primo [líder do movimento], divergindo, entrando no jogo do novo fazendeiro para fazer minar nossas forças. Guiavam seus animais na calada da noite para destruir nossas roças na vazante. Derrubavam cercas, e meses de trabalho viraram pasto na boca do gado. (Vieira Junior, 2019, p. 197).

Havia quem entendesse que a mobilização era uma ingratidão ao fazendeiro que os aceitou e aos seus antepassados na sua terra. Havia quem se colocasse ao seu lado por outras tantas razões. O importante a ser considerado a partir da narrativa é a heterogeneidade de posicionamentos no interior daquela comunidade, o que reforça a noção de protagonismo histórico, interesses diferentes – de vez em quando, conflitantes –, descrição que colabora com a construção de representações sobre a população negra apartada dos estereótipos que sintetizam, congelam e limitam esses sujeitos a uma subalternidade eterna, a-histórica e naturalizada.

O romance retoma a memória da ancestralidade, as heranças escravistas. Narrativa que, na circulação contemporânea, propicia que as explicações históricas sobre a subordinação material da população negra tenham uma maior circulação e sejam compartilhadas por um público mais amplo. Além disso, proporciona também que novas imagens e representações sobre as populações negras rurais sejam construídas, o que contribui para a desconstrução dos estereótipos e estigmas sobre os grupos negros rurais.

Parte dos debates de autores que, nos últimos anos, têm se tornado leituras mais presentes no cenário acadêmico brasileiro está associada aos estudos pós-coloniais. A mesma explicação que serve para que compreendamos uma narrativa tão particular sobre a cultura negra brasileira ser tão premiada nos últimos anos é a que permite que compreendamos a emergência e consolidação desses autores no Brasil: a política de cotas e a integração cada vez maior de pessoas negras ao universo acadêmico brasileiro.

Hooks (2019), no livro *Olhares negros: raça e representação*, comenta uma série de efeitos sociais das imagens e representações que circulam socialmente e sobre como elas influenciam uma série de práticas e comportamentos. A noção de que as construções sobre os corpos

negros reverberam sobre a realidade social e histórica desses sujeitos nas suas condutas e comportamentos é reforçada pela autora. Tal argumento colabora para que entendamos a importância da circulação das imagens que o livro *Torto arado* oferece. Afinal, a circulação de imagens negras associadas ao protagonismo, à luta, à ambição, à articulação coletiva, à ancestralidade mobiliza uma memória positivada sobre todas as características negro-brasileiras outrora lidas apenas sob o signo da inferioridade, da desumanidade.

A noção de estereótipo de Bhabha (2013) problematiza o congelamento da imagem. Não se trata, necessariamente, de uma representação falaciosa, mas da limitação dos sujeitos apenas à condição que a imagem reforça. Diante disso, as apresentações de Vieira Junior (2019) corroboram a construção de uma memória sobre as comunidades negras rurais que participam do processo histórico, que têm protagonismo, que têm sua trajetória marcada pela escravidão, mas não se limitam a isso.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partimos da hipótese de que o livro *Torto arado* oferece protagonismos às populações negras, em perspectivas narrativas até então pouco conhecidas. Destacamos o quanto o livro desponta como rico material para reflexão e discussão sobre a história da população negra no Brasil e os processos de subordinação aos quais foi submetida. A partir disso, a pesquisa procura colaborar nas reflexões das relações entre História e Literatura e, principalmente, da negação histórica de condições de humanidade para as populações negras rurais do Brasil.

Mais importante ainda é chamar a atenção para como as transições proporcionadas pelas políticas afirmativas no Brasil influenciaram significativamente para que novas construções sobre as populações negras sejam consolidadas. A narrativa que o romance oferece colabora para que novas perspectivas sobre a população negra possam surgir e, a partir disso, posicionamentos políticos mais empáticos, políticas públicas mais efetivas e movimentos identitários de respeito e valorização dessa cultura possam estar cada vez mais presentes no cenário social do país.

No livro, foi possível observar uma contextualização histórica das vivências das populações negras rurais no Brasil, especialmente no tocante à negação de direitos humanos. Além disso, foi possível também visualizar a colaboração para a construção de uma concepção de sujeitos ativos e protagonistas das suas experiências históricas nas disputas e significações da sua realidade.

Diante do exposto, é possível concluir que a emergência e, principalmente, o sucesso de narrativas como a de *Torto arado* sinalizam para um cenário otimista no tocante ao crescimento de debates sobre racismo e racialização no Brasil. É evidente que, ainda assim, não falamos aqui sobre o fim do racismo ou coisa que o valha, mas apontamos para as evidências de resultados das lutas por políticas afirmativas construídas nas últimas décadas. Importantes razões para continuar.

#### REFERÊNCIAS

BENJAMIN, W. **Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo**. Tradução: José Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.



CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

FRAGA FILHO, W. **Encruzilhadas da liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas: Unicamp, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUSMÃO, N. M. M. **Terra de pretos, terra de mulheres**: terra, mulher e raça num bairro rural negro. Brasília: Ministério da Cultura, 1996.

HOOKS, B. **Olhares negros**: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, F. R. **Viver por si**: histórias de liberdade no agreste baiano oitocentista. 2012. 199 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SILVA, D. L. S. **As senzalas da cidade**: relações raciais entre negros roceiros (Bahia, 1940 – 1960). 2021. 231 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2021.

SODRÉ, M. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Imago; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

VIEIRA JUNIOR, I. **Torto arado**. São Paulo: Todavia, 2019.

XAVIER, A. R. et al. Pesquisa em Educação: aspectos históricos e teórico-metodológicos. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, v. 8, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/4627>. Acesso em: 20 fev. 2023.